



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

RESPOSTA(S) AO(S) RECURSO(S) CONTRA O GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

CARGO/DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO – TODOS OS CARGOS DE NÍVEIS C e D (ENSINO MÉDIO)
QUESTÃO: 11
RESULTADO DA ANÁLISE: INDEFERIDO

PARECER: A resposta da Questão 11 da Prova de Legislação _ Nível D está contida na Lei 8.112/90, art. 117, inciso x combinado com o art.132, XIII

Art. 117. Ao servidor é proibido:

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Depreende-se da leitura ao inciso normativo que ao servidor público é proibido gerenciar ou administrar empresa privada, o que enseja demissão. Logo, a questão 11 da Prova de Legislação nível D tem como resposta correta a letra “D”. Com base no exposto, os argumentos apresentados nas interposições contra o Gabarito Preliminar são considerados improcedentes e os recursos são INDEFERIDOS.

CARGO/DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO – TODOS OS CARGOS DE NÍVEIS C e D (ENSINO MÉDIO)
QUESTÃO: 12
RESULTADO DA ANÁLISE: INDEFERIDO

PARECER: A resposta da Questão 12 da Prova de Legislação está contida no Decreto 1.171/1994, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:

XIV- São deveres fundamentais do servidor público

s) Facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito;

Depreende-se da leitura ao inciso normativo que o servidor público tem o dever de facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito. Logo, a questão 12 da Prova de Legislação nível C tem como resposta correta a letra “C”.

Pelo exposto, os argumentos apresentados nas interposições contra o Gabarito Preliminar são considerados improcedentes e os recursos são INDEFERIDOS.

CARGO/DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO – TODOS OS CARGOS DE NÍVEIS C e D (ENSINO MÉDIO)
QUESTÃO: 13
RESULTADO DA ANÁLISE: INDEFERIDO

PARECER: A resposta da Questão 13 da Prova de Legislação _ Nível D está contida na Lei 8.112/90, art. 87:

Art. 87. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

Depreende-se da leitura ao inciso normativo que ao servidor público é permitido obter licença para capacitação profissional, atendido os requisitos do artigo 87. Logo, a questão 13 da Prova de Legislação nível D tem como resposta correta a letra “B”.

Desse modo, os argumentos apresentados nas interposições contra o Gabarito Preliminar são considerados improcedentes e os recursos são INDEFERIDOS.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS
EDITAL Nº 100, DE 09 DE MAIO DE 2023
CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

CARGO/DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO – TODOS OS CARGOS DE NÍVEIS C e D (ENSINO MÉDIO)
QUESTÃO: 14
RESULTADO DA ANÁLISE: INDEFERIDO

PARECER: A resposta da Questão 14 da Prova de Legislação _ Nível D está contida na Lei 13.709/2018, art.6º, incisos I, II, III:

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

Depreende-se da leitura ao inciso normativo que as atividades de tratamento de dados pessoais obedecem aos princípios da finalidade, adequação e necessidade. Logo, a questão 14 da Prova de Legislação nível D tem como resposta correta a letra "C".

Com base no exposto, os argumentos apresentados nas interposições contra o Gabarito Preliminar são considerados improcedentes e os recursos são INDEFERIDOS.